

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.232.652 - RS
(2018/0006367-0)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : LUCIA HELENA PRADO DA FONTOURA
AGRAVANTE : JONAS DE LIMA LANGBECKER
ADVOGADOS : STEPHAN DOERING DARCIE - RS080092
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE DO
VALE DO RIO DOS SINOS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

EMENTA

PROCESSO PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL INVOCADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO ATACADO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. APLICAÇÃO DO ART. 253, I, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – RISTJ E DO ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC. AGRADO DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agrado em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agrado regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

